



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 23/2014

Disponibilização: 17 de novembro de 2014

Período abrangido: 03 a 14 de novembro de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **SEGURANÇA PÚBLICA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**
- 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA / AGRO-PECUÁRIA**
 - **PESCAS**
 - **SEGURANÇA ALIMENTAR**
 - **VITIVINICULTURA**
- 4. AMBIENTE**
- 5. CONTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES**
- 6. DESPORTO**
- 7. EMPREGO**
- 8. ENERGIA**
- 9. INDÚSTRIA**
- 10. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**
- 11. JUSTIÇA**
- 12. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

14. SAÚDE

15. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **SEGURANÇA MARÍTIMA**
- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

17. URBANISMO



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

• SEGURANÇA PÚBLICA

Lei n.º 77/2014 de 2014-11-11 (Assembleia da República)

Procede à vigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância alfa-fenilacetoacetoneitrilo à tabela anexa v.

Lei n.º 78/2014 de 2014-11-11 (Assembleia da República)

Aprova o regime jurídico específico aplicável ao Centro de Análise e Operações Marítimas - Narcóticos, estabelecido por Acordo aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 2/2009, de 2 de fevereiro, nomeadamente no que respeita às prerrogativas atribuídas às instalações em território português.

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Decreto-Lei n.º 166/2014 de 2014-11-06 (Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA / AGRO-PECUÁRIA

Decreto-Lei n.º 170/2014 de 2014-11-07 (Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, transpondo a Diretiva de Execução n.º 2014/78/UE, da Comissão, de 17 de junho de 2014, e a Diretiva de Execução n.º 2014/83/UE, da Comissão, de 25 de junho de 2014, que alteram os anexos I, II, III, IV e V à Diretiva n.º 2000/29/CE, do Conselho, de 8 de maio de 2000, relativa às medidas de proteção contra a introdução no espaço europeu de organismos



prejudiciais aos vegetais e aos produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da União Europeia.

**Portaria n.º 230/2014 de 2014-11-11
(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Estabelece o regime de aplicação da ação 3.2, «Investimento na exploração agrícola» e da ação 3.3, «Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas» da Medida 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PDR 2020.

- **PESCAS**

**Decreto-Lei n.º 168/2014 de 2014-11-06
(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Altera o modelo de governação e o enquadramento normativo do Programa Operacional Pesca, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2008, de 16 de maio, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 81/2008, de 16 de maio.

**Decreto-Lei n.º 169/2014 de 2014-11-06
(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2009, de 2 de julho, transpondo a Diretiva de Execução n.º 2014/22/UE, da Comissão, de 13 de fevereiro de 2014, no que respeita à anemia infecciosa do salmão.

- **SEGURANÇA ALIMENTAR**

**Decreto-Lei n.º 170/2014 de 2014-11-07
(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, transpondo a Diretiva de Execução n.º 2014/78/UE, da Comissão, de 17 de junho de 2014, e a Diretiva de Execução n.º 2014/83/UE, da Comissão, de 25 de junho de 2014, que alteram os anexos I, II, III, IV e V à Diretiva n.º 2000/29/CE, do Conselho, de 8 de maio de 2000, relativa às medidas de proteção contra a introdução no espaço europeu de organismos prejudiciais aos vegetais e aos produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da União Europeia.



• VITIVINICULTURA

Portaria n.º 226/2014 de 2014-11-06 (Ministério da Agricultura e do Mar)

Define o regime de produção e comércio dos vinhos com indicação geográfica (IG) «Tejo» mantendo o reconhecimento desta indicação geográfica. Procede ainda à atualização da lista de castas a utilizar na produção de vinhos com direito à IG «Tejo», de acordo com a nomenclatura constante da Portaria n.º 380/2012, de 22 de novembro e revoga a Portaria n.º 445/2009, de 27 de Abril.

Declaração de Retificação n.º 47/2014 de 2014-11-13 (Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica a Portaria n.º 216/2014, de 17 de outubro, do Ministério da Agricultura e do Mar, que procede à segunda alteração à Portaria n.º 668/2010, de 11 de agosto, que reconhece como denominação de origem (DO) a designação "Vinho Verde", publicada no Diário da República n.º 201/2014, 1.ª série, de 17 de outubro de 2014.

4. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 165/2014 de 2014-11-05 (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de julho, estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Decreto-Lei n.º 170-B/2014 de 2014-11-07 (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 281/2000, de 10 de novembro, transpondo a Diretiva n.º 2012/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, que altera a Diretiva n.º 1999/32/CE, do Conselho, de 26 de abril de 1999, no que respeita ao teor de enxofre dos combustíveis navais.

5. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

Declaração de Retificação n.º 46-A/2014 de 2014-11-10 (Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 173, de 9 de setembro de 2014.



6. DESPORTO

Portaria n.º 232/2014 de 2014-11-13 (Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 11/2013, de 11 de janeiro, que determina que as ações de controlo de dopagem têm por objeto as modalidades desportivas constituídas no âmbito das federações desportivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva, bem como todos os praticantes desportivos.

7. EMPREGO

Lei n.º 76/2014 de 2014-11-11 (Assembleia da República)

Autoriza o Governo a definir os termos e as condições para o acesso à profissão de ama e o exercício da respetiva atividade.

8. ENERGIA

Decreto-Lei n.º 172/2014 de 2014-11-14 (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, que cria a tarifa social de fornecimento de energia elétrica, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro, que cria o apoio social extraordinário ao consumidor de energia.

9. INDÚSTRIA

Decreto-Lei n.º 170-C/2014 de 2014-11-07 (Ministério da Agricultura e do Mar)

Transpõe a Diretiva n.º 2013/52/UE, da Comissão, de 30 de outubro de 2013, que substitui o anexo A da Diretiva n.º 96/98/CE, do Conselho, de 20 de dezembro de 1996, relativa às normas a aplicar aos equipamentos marítimos a fabricar ou a comercializar em território nacional ou a instalar em embarcações nacionais, procedendo à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 24/2004, de 23 de Janeiro.



10. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Decreto-Lei n.º 164/2014 de 2014-11-04 (Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

11. JUSTIÇA

Lei n.º 77/2014 de 2014-11-11 (Assembleia da República)

Procede à vigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância alfa-fenilacetoacetoneitrilo à tabela anexa v.

Portaria n.º 233/2014 de 2014-11-14 (Ministério da Justiça)

Regulamenta o procedimento extrajudicial pré-executivo e procede à primeira alteração à Portaria n.º 282/2013, de 29 de agosto, que regulamentou vários aspetos das ações executivas cíveis.

12. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Decreto-Lei n.º 165/2014 de 2014-11-05 (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de julho, estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.



13. REGIÕES AUTÓNOMAS

• MADEIRA

Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/M de 2014-11-04 (Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o qual estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), e respetivos programas operacionais (PO), para o período de programação 2014-2020.

Decreto Legislativo Regional n.º 13/2014/M de 2014-11-05 (Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar a partir de outubro de 2014 na Região Autónoma da Madeira.

14. SAÚDE

Portaria n.º 222/2014 de 2014-11-04 (Ministérios da Economia e da Saúde)

Define o regime de preços e comparticipações a que ficam sujeitos os reagentes (tiras-teste) para determinação de glicemia, cetonemia e cetonúria e as agulhas, seringas e lancetas destinadas a pessoas com diabetes.

Lei n.º 77/2014 de 2014-11-11 (Assembleia da República)

Procede à vigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância alfa-fenilacetoacetoneitrilo à tabela anexa v.



15. TRABALHO

• FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Decreto-Lei n.º 166/2014 de 2014-11-06 (Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.

16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• SEGURANÇA MARÍTIMA

Decreto-Lei n.º 170-C/2014 de 2014-11-07 (Ministério da Agricultura e do Mar)

Transpõe a Diretiva n.º 2013/52/UE, da Comissão, de 30 de outubro de 2013, que substitui o anexo A da Diretiva n.º 96/98/CE, do Conselho, de 20 de dezembro de 1996, relativa às normas a aplicar aos equipamentos marítimos a fabricar ou a comercializar em território nacional ou a instalar em embarcações nacionais, procedendo à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 24/2004, de 23 de Janeiro.

• SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Decreto-Lei n.º 170-A/2014 de 2014-11-07 (Ministério da Administração Interna)

Estabelece o regime jurídico da homologação e utilização dos cintos de segurança e dos sistemas de retenção para crianças em veículos rodoviários e transpõe a Diretiva de Execução n.º 2014/37/UE, da Comissão, de 27 de fevereiro de 2014.

17. URBANISMO

Declaração de Retificação n.º 46-A/2014 de 2014-11-10 (Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 173, de 9 de setembro de 2014.